

O CAMPO, A CIDADE, E O DISTRITO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DEBATE EM TORNO DO URBANO E O RURAL NO BRASIL

Geovandir André Lordano¹; Paulo Roberto Joia²

Resumo: A definição e distinção de campo e cidade, e urbano e rural já há algum tempo chama atenção da academia frente à dificuldade da real compreensão das dinâmicas engendradas nestas categorias no mundo contemporâneo. Assim, este artigo tem o objetivo de conceituar cidade e campo, e o rural e urbano, apresentando algumas metodologias utilizadas para tal distinção, além de verificar de que forma o distrito municipal configura-se frente a tais categorias. A pesquisa é descritiva e metodologicamente utiliza-se do método de pesquisa bibliográfica. Após a análise, tem-se que acerca da cidade e campo, é bem difundida a percepção de que se trata de espaços onde, predominantemente, o urbano e o rural se materializam, relacionam-se a materialidade, construções, residências, etc. Já o urbano e rural estariam ligados aos aspectos imateriais, estão ligados ao modo de vida, aos hábitos, cultura, as relações interpessoais, etc. Podendo ainda ocorrer atualmente um continuum urbano-rural trazendo especificidades próprias a cada localidade analisada. Quanto ao distrito tratar-se-ia de uma divisão política administrativa, situado no campo, mas com características urbanas. Logo, seriam a cidade, campo e distrito, espaços de reprodução e divisões territoriais, e urbano e rural modos de vida e de produção, utilizados enquanto parâmetros para conceder tais divisões.

Palavras-Chave: Continuum espacial; modo de vida; divisão territorial.

INTRODUÇÃO

Não é incomum a indefinição sobre o que, na sociedade atual, seriam urbano ou rural, a cidade ou o campo, muitas vezes, tratando-os como conceitos generalistas e simplórios. Não bastasse tal indefinição, onde estaria o distrito situado no debate acerca desta temática? Diante deste questionamento, busca-se com base na literatura, distinguir as categorias campo e cidade, e urbano e rural, tornando possível a visualização do papel do distrito na configuração espacial e territorial.

Sendo Assim, Talaska, Silveira e Etges (2014) afirmam que na atualidade a qualificação e quantificação do que é rural e urbano, campo ou cidade chama a atenção dos pesquisadores frente a intensidade das transformações que se estabelecem no tempo-espaço.

Para Beaujeu-Garnier (1997, p. 16) a urbanização é o processo de desenvolvimento das cidades, engloba aspectos numéricos e dimensionais, ou seja, desenvolvimento do quantitativo populacional e da dimensão espacial das cidades. Contudo, pondera quanto ao que chama de civilização urbana: “[...] designa a penetração parcial dos hábitos, e dos modos de vida da cidade, no mundo rural”. Logo, diante a maior instrução da população, a difusão do automóvel no meio rural, e o avanço das comunicações, não seria mais permitido a caracterizações do homem do campo em oposição ao do urbano, ao contrário, estes possuem os mesmos benefícios da sociedade moderna.

1 Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana-CPAQ/UFMS, geovandirlordano@gmail.com

2 Professor Doutor em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana-CPAQ/UFMS, paulo.joia@ufms.br

Desta maneira, ao passo que o fenômeno urbano atinge o homem do campo, por meio da via da busca do campesino pelas modernidades típicas das cidades, assim como a expansão do modo de produção industrial avança para campo.

Nesta perspectiva, a distinção entre urbano e rural torna-se menos clara, a ponto de podê-la confundir, pois a intensificação do modo produção capitalista, da maior interação, da articulação e dos fluxos tornou a indústria cada vez mais presente no campo e da mesma forma o trabalhador rural presente na cidade (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014).

Soma-se a isto, a necessidade da real compreensão do distrito enquanto divisão político administrativa do município, e também na perspectiva de espaço de reprodução da sociedade.

Logo, a pesquisa se justifica a partir das seguintes indagações: ainda hoje, seria possível distinguir o rural do urbano? A atual divisão da cidade-campo é capaz de satisfazer a real configuração da sociedade? Os distritos como são definidos frente ao rural-urbano?

Assim, este trabalho tem o objetivo de, com base nas referências sobre o tema, conceituar cidade e campo, e o rural e urbano, apresentando algumas metodologias utilizadas para tal distinção, além de verificar de que forma o distrito configura-se frente a tais categorias.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa parte da abordagem de que campo, cidade, distrito, urbano e rural constituem categorias diferentes, porém não necessariamente independentes ou separadas. Logo, busca-se trabalhos sobre a temática que forneçam subsídios para as definições, similaridades e diferenças que neste trabalho busca-se.

Desta forma, as diversas abordagens teóricas indicam que cidade e campo e urbano e rural podem ser apreendidos enquanto categorias diferenciadas: O campo e a cidade, compreendidas enquanto materialidade, espaços construídos e/ou modificados, meio ou condição, produtos da sociedade. Já o urbano e o rural, relacionadas as relações sociais, formas abstratas, os quis extrapolam os limites físicos da cidade e do campo. (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p.9).

Conseqüentemente, quanto ao distrito, parte-se da abordagem como a de Silva (2014) e Pina, Lima e Silva (2008), de analisá-lo enquanto unidade da divisão territorial do município e da mesma forma de sua configuração entre o rural e urbano.

Esta pesquisa é parte do projeto de mestrado intitulado “Mobilidade Cotidiana campo-cidade: uma análise no contexto dos moradores do distrito de Cipolândia, Aquidauana-MS” em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Campus de Aquidauana, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Metodologicamente, a pesquisa é descritiva, e basicamente qualitativa. Sobre a abordagem qualitativa Silveira e Córdova (2009, p. 32) definem:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Parte-se de uma revisão da literatura sobre a temática em vista a sua compreensão da relação campo-cidade e rural-urbano, como conceitos e categorias, da mesma forma em que se busca ter a dimensão de como os distritos são abordos na atual configuração dos municípios. Serão revisadas publicações que demonstrem substancial relevância sobre o tema.

Para Silveira e Córdova (2009), tomando Fonseca (2002) e Gil (2007) como referência, a pesquisa bibliográfica é o levantamento de referências sobre determinado assunto, já analisadas e publicadas em meios impressos ou digitais, livros, artigos científicos, sites, entre outros. Existindo pesquisa que utilizam unicamente da pesquisa bibliográfica, buscando nos referenciais teóricos publicados adquirir conhecimento prévio sobre o problema do qual se procura resposta. Destacando como um tipo desta pesquisa aquela que busca analisar diversos posicionamentos acerca de determinado tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade e o campo enquanto espaços de reprodução

Grande parte das referências analisadas parte da cidade e campo enquanto espaços onde o rural e urbano se materializam. Portanto, seria a expressão da divisão do trabalho, do modo de produção, do modo de vida que possibilitariam tal distinção.

Nesta perspectiva, a separação entre campo e cidade, até certo ponto, nem sempre foi tarefa tão complexa em ser percebida, a organização espacial em um período de técnica menos avançada e certa dificuldade nos fluxos, possibilitava a demarcação quase exata destes espaços. Contudo, frente à revolução industrial, da lógica de produção pautada nos meios de produção de alta tecnologia, do avanço dos meios de comunicação e da globalização, tornam esta diferenciação pouco perceptível em muitos espaços.

Sendo assim, o processo de surgimento das cidades advém da detenção por alguns seres humanos da capacidade da produção de excedentes de produtos básicos à sobrevivência humana, fato que liberava os demais destas atividades. Isto, desde a antiguidade (aproximadamente, 5.500 anos) foi a essência da separação que originou a contraposição entre rural e o urbano. À época os limites físicos entre o campo e a cidade eram evidentes e expressos na forma dos muros que cercavam as cidades medievais. (ENDLICH, 2006).

Nesta perspectiva:

O rural e o urbano começaram a se diferenciar quando o uso dos espaços foi se tornando específico, dividido pelo trabalho [...]. O rural passa a se caracterizar pelo espaço de trabalhos ligados à terra, aos alimentos, às criações e explorações, enquanto o urbano começa a se formar pelas atividades ligadas ao comércio, pela proximidade das pessoas, e tais aspectos transpareceram a necessidade do homem em criar infraestrutura para viver, transformando cada vez mais a natureza (ROSAS, 2014, p.75).

Destarte, o campo, espaço de reprodução do rural, passa a associar-se ao setor primário de produção, a cidade, espaço de reprodução do urbano, aos setores secundário e terciário, além da detenção da concentração populacional.

Desta maneira, na concepção de que a divisão entre campo e cidade parte das primeiras divisões do trabalho, caberia à cidade o trabalho intelectual (atividades políticas, organização e militares, etc.). Assim, como a filosofia nasce na cidade, a própria reflexão entre campo e cidade, e rural e urbano só é possível a partir da pretérita divisão do trabalho (ENDLICH, 2006).

Neste viés, a cidade passa a desenvolver o papel da aglomeração e da acumulação, da concentração de pessoas e do capital, a expressão das formas materiais, residências, comércio, indústria. Desenvolve-se, assim, na cidade o urbano, enquanto o reflexo desta forma de organização, como modo de vida (TOMBINI; SAQUET, 2014).

Outrossim, pensamento similar encontra amparo em Bernardelli (2006), Coutinho (2014), Endlich (2006), Pina, Lima e Silva (2008), para estes a cidade e o campo apresentam-se como os espaços onde os modos de vida rural e o urbano se materializam.

No contexto das cidades atuais, Talaska, Silveira e Etges (2014), tomando Santos (2004) como referência, apontam que sendo o espaço o acúmulo desigual de tempos, a cidade e o campo da atualidade resultam do acúmulo das formas anteriores, do processo contraditório de construção, transformação, e destruição através do tempo.

Diante disto:

As características básicas da relação entre campo e cidade, estão na transformação realizada entre os moradores de cada espaço, capazes de construí-los através de um conjunto de ações em objetos específicos, engendrados numa lógica do capital que, na maioria das vezes, direciona suas atitudes conforme as dificuldades apresentadas” (ROSAS, 2014, p.77).

Desta forma, este pensamento permite a reflexão de que não seria a configuração das cidades um padrão, tanto em sua materialidade física quanto na representação urbana de sua sociedade. Permite-se aqui, analogicamente, a extensão deste pressuposto ao campo, que a depender do nível de sua relação com a cidade e isolamento de seu modo tradicional rural, mantém configurações diferentes em variadas escalas.

A compreensão da relação entre o campo e a cidade, por vezes dicotômica, deve considerar que o próprio produto do trabalho no campo é essencial para a vida nas cidades, dali surgem a maioria dos produtos que são consumidos. Da mesma forma, que os produtos industrializados e os serviços prestados nas cidades também são de fundamental importância para quem no campo vive (TOMBINI; SAQUET, 2014).

Desta forma, tem-se de forma até certo ponto bem definido entre os autores que a cidade e o campo são espaços resultados dos modos de vida, epicentro das representações sociais, expressão da cultura, e do modo de produção urbano ou rural. Seriam a cidade e o campo os meios materiais

(re)produzidos pela imaterialidade urbana e rural. Assim, não necessariamente haveria a vinculação estrita do urbano à cidade e do rural ao campo.

O urbano e o rural na (re)configuração do território da cidade e do campo

Dentre os diversos autores, pode-se notar que além da discussão acerca do rural e urbano, sob a análise dos espaços resultantes de tais representações, campo e cidade. Apresenta-se, assim, o rural e urbano enquanto “parâmetros” utilizados para a delimitação territorial da cidade e do campo. Aspectos muitas vezes conflitantes, eivado de críticas, sobretudo enquanto a metodologia adotada para tal definição.

Dito isto, no Brasil costumeiramente a distinção oficial entre o urbano e rural é imposta por lei municipal, a qual define o perímetro urbano das cidades. Critério que atinge de certa forma, alguma facilidade em termos tributários, mas que está muito além da compreensão do que realmente seria o urbano e o rural.

Sobre isto, Pina, Lima e Silva (2008) corroboram ao afirmarem que a imprecisão que a definição do perímetro urbano causa distorções na própria questão territorial. Assim, a verdadeira realidade socioespacial está cada vez mais distante dos mecanismos políticos, como a delimitação do perímetro urbano, o qual é definido pela lei de competência municipal, servindo para fins urbanísticos e tributários.

O conceito de rural definido pelos municípios e aprovado pelas câmaras de vereadores, por adotarem critérios políticos, traria a de definição do rural com tendência a própria tradição dos municípios, desprezando os critérios científicos para a análise. Essa qualificação das áreas é a base para as estatísticas oficiais sobre população urbana e rural utilizadas pelo IBGE, além de incidir sobre a cobrança de impostos de cada área, Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU no perímetro urbano) e Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR nas áreas rurais). (COUTINHO et. al, 2013; TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014).

Para IBGE (2013, p.17) o rural é tratado como oposição ao urbano. Sendo entendido como urbano as cidades, e vilas, e como rural “[...] toda a área situada fora desses limites. Este critério é também utilizado na classificação das populações urbana e rural”.

Destarte, Talaska, Silveira e Etges (2014, p.4), considerando as afirmações de Endlich (2006) e Sposito (2006), afirmam que a divisão político administrativo passa por é adjetivar porções territoriais, é buscar no plano territorial os limites entre campo e cidade, tratando-os como diferentes, delineando unidades espaciais: rural e urbana. “Nesse sentido, o rural é entendido como o algo remanescente para além da área do perímetro urbano”.

Contudo, Pina, Lima e Silva (2008) não tratam o município como omissos frente à controvérsia do perímetro urbano, e exaltam a dificuldade de estabelecer-se uma linha que determine o que é urbano e o que é rural.

Além do Brasil, nas palavras de Endlich (2006), alguns países como o reino Unido, África do Sul e Tunísia, utilizam-se de limites estabelecidos oficialmente para delimitar o urbano e o rural. Assim, destacam-se algumas metodologias utilizadas para tal definição:

A primeira seria a definição de um **patamar demográfico**, no sentido de cidade enquanto aglomeração e o campo como contraposição a isto, este critério é muito utilizado para se considerar a existência de uma cidade, porém, é criticado por diversos autores. “O uso isolado deste critério expressa uma compreensão de urbano como mera aglomeração de pessoas. Esse critério pode ser mais expressivo, se usado de maneira complementar a outros” (ENDLICH, 2006, p.15).

A metodologia de **densidade demográfica** (utilizada pela OCDE, Organização de cooperação e desenvolvimento econômico), é baseada na proporção de habitantes em relação à determinada área (BERNARDELLI (2006); ENDLICH (2006). Da mesma forma, outro método seria o baseado na **ocupação econômica da população**, de forma que o rural estaria vinculado às atividades primárias, sobretudo agropecuárias, já o urbano estaria ligado as atividades secundárias e terciárias. Contudo, critica-se que este critério já não seria suficiente para as diferenciações espaciais atuais, de forma que, “[...] associar o rural e o urbano, ou o campo e a cidade a uma determinada atividade econômica torna-se cada vez mais controverso” (ENDLICH, 2006, p. 17).

Assim, Endlich (2006) pontua que os critérios apresentados partem de se considerar o urbano como território político-administrativo, um aglomerado de pessoas com determinada densidade populacional, e com sua população ocupada em majoritariamente com atividades secundárias e terciárias, e que nenhum destes critérios parecem corresponder à realidade urbana e rural atual.

Já Coutinho et. al. (2013), a partir de Sorokin, Zimmerman e Galpin (1981), apresentam oito fatores que podem diferenciar o urbano do rural: **Diferenças ocupacionais, diferenças ambientais, dimensão das comunidades, densidade demográfica, homogeneidade e heterogeneidade das populações** (a rural mais homogênea e a urbana mais heterogênea), **complexidade social, mobilidade territorial ocupacional e social** (incluindo aqui a espacial), e **interações sociais**.

Bernardelli (2006) apresenta como critérios: **tamanho demográfico, densidade, aspectos morfológicos, as atividades dos habitantes, modo de vida, inter-relações e geração de inovações**.

Frente os inúmeros critérios apresentados, alguns comuns a vários autores, tem-se que de alguma forma as tentativas de apresentar uma diferenciação do urbano e rural recaem, muitas vezes, sobre o próprio modo de vida das populações. Aspectos ligados à cultura, ao pertencimento, as relações pessoais, e divisão do trabalho refletidos no modo de produção em determinado espaço.

Logo, as simples definições estatísticas não são suficientes para a compreensão da dinâmica da sociedade em toda sua totalidade. Sendo necessário para isto, considerar as complementaridades, as diferenças funcionais e espaciais existentes, compreendendo os processos de desenvolvimento histórico da sociedade e buscando a identificação das particularidades, ou seja, a essência do urbano e do rural (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p. 2).

Endlich (2006) reflete que o rural compreenderia uma condição de via pretérita, de limitação, uma condição sobrevivência à custa de muito trabalho e de pouco recurso para tal, a vida com o mínimo de recursos, em outras palavras, uma vida precária, marcada, sobretudo por tradições, alta natalidade, crenças religiosas e pela solidariedade coletiva.

Contudo, salienta Abramovay (2000, p. 2) “Há um vício de raciocínio na maneira como se definem as áreas rurais no Brasil, que contribui decisivamente para que sejam assimiladas automaticamente a atraso, carência de serviços e falta de cidadania”.

Já Rosas (2014, p. 69), em uma análise pautada no materialismo histórico e na dialética, fortalece a ideia do rural enquanto modo de vida. Para o autor, urbano e rural estão relacionados à identidade local, da cultura dos indivíduos que vivem e constroem sua vida em comunidades. Logo, a expressão da identidade local é mais afluída nas comunidades rurais, já que a especulação imobiliária é a expressão do descaso pelo lugar de origem, para muitos que vivem no espaço urbano.

Destarte, nas palavras de Coutinho et. al (2013, p. 64), pensar no rural remete a pensar no natural, local de morada, campo de produção, turismo entre outros, e que atualmente o rural por ter incorporado várias funções para a sociedade, sua contraposição ao urbano modificou-se e hoje pode-se pensar em uma íntima relação entre estes espaços.

Sendo assim, a relação de proximidade e troca material e imaterial entre o rural e urbano, passa justamente pelo fato de o campo e a cidade serem os espaços onde o urbano e rural se materializam, por vezes com predomínio de um sobre outro, mas não, necessariamente, um excluindo o outro. Assim, seria possível reconhecer urbanidades no campo e ruralidade nas cidades.

Entretanto, salienta-se que a própria junção entre urbano e rural poderia não ser equilibrada, já que o período técnico-científico-informacional³, concerne as cidades a detenção da técnica que dali expande-se: melhoria em transporte, comunicação, técnicas produtivas, entre outros, levariam o urbano a exercer maior pressão sobre o rural, do que o contrário.

Sobre isto, “A urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade” (ENDLICH, 2006, p.22). Assim, imposição capitalista, por meio do consumo de bens materiais e até mesmo não materiais advindos da urbanidade, alteraram os valores característicos dos rurais, com algum grau de resquícios preservados.

³ Milton Santos trabalha no conceito de que atualmente vive-se no período técnico-científico-informacional, onde apresenta que a tecnicização e a cientificização expandem-se sob o domínio dos agentes hegemônicos, econômicos, culturais e religiosos, criando um mundo artificial, que na atualidade também envolveria o mundo rural. “Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas”. Desta forma: “Pelo fato de ser técnico-científico- informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização” (SANTOS, 2016, p. 160).

Desta maneira, a utilização de variados critérios e atributos para esclarecer e elucidar a distinção do que é cidade/urbano e, da mesma forma, o que é campo/rural, visto a complexidade da questão, não atingem ao entendimento pleno da problemática (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p.11).

Neste viés:

Pensar na relação entre rural e urbano é ir além da questão do território. Hoje é clara que a formação do espaço está intimamente ligada às questões sociais e econômicas. A cidade foi surgindo e se consolidando como local de importância a partir das transformações do campo. O campo, por sua vez, adquiriu nova roupagem a partir da demanda da cidade (COUTINHO et al, 2013, p. 64).

Portanto, ressalta-se a formulação do que, muitas vezes, apresenta-se como uma expressão desta intrínseca relação contemporânea entre o rural e o urbano, entre o campo e a cidade, um espaço comum onde não seria necessária nem possível a distinção entre estas categorias.

O dilema do continuum⁴ urbano-rural

Como assinalado nas obras utilizadas neste trabalho, quase unânime é a percepção de que na atualidade o urbano tende a estender-se ao campo, sobre o rural, modificando-o em aspectos físicos (a alteração do ambiente dada a expansão agrícola), materiais (nas edificações, estradas, casas, entre outros) e na imaterialidade (nos padrões de consumo, cultura e modo de vida das populações). Da mesma forma, compreende-se que tal expansão do urbano sobrepondo-se ao rural, não implica, necessariamente, na extinção deste.

Logo, ter-se-ia uma área de transição modificada, um híbrido, capaz de apresentar características dos modos de vida e de produção, esta configuração é apontada por diversos autores e apresenta terminologias variadas, como: continuum espacial urbano-rural, novo rural e neorural, contudo, suscitando em fenômenos muito similares.

Sobre isto, Talaska; Silveira; Etges, (2014, p.12) afirmam: “[...] a proposição da superposição de formas, relações e qualidades urbanas e rurais, por meio de um *continuum* espacial, pode ser considerada uma forma alternativa para se pensar a questão, principalmente enquanto procedimento de análise espacial”.

Desta mesma forma, Endlich (2006, p.19), a partir de Munford (1965), e Beaujeu-Garnier (1997), afirma que a urbanização atingiu, no capitalismo, um patamar que levaria o urbano a um adjetivo amplo, que abrangeria a sociedade como um todo, como um modo de vida, hábitos, tornando-o acessível a qualquer espaço geográfico. “Esse modo de vida concretiza-se além dos limites das cidades, através do encantamento em relação às influências que estas exercem por meio do poder de suas instituições e personalidades, através de instrumentos de comunicação e transporte”.

⁴ Autores como Talaska, Silveira e Etges (2014, p.10) e Rosa e Ferreira (2007, p. 194) afirmam que o conceito elaborado por Robert Redfiel em meados de 1930, de continuum espacial estaria ligado as variações e continuidades entre os aspectos culturais rurais e urbanos. Assim diversos autores propõe a consideração de uma superposição das formas espaciais com características urbanas e rurais.

Diante disto, percebe-se a não obrigatoriedade da interpretação do urbano em função, apenas, da cidade. Nas palavras de Endlich (2006, p.20): “Desde que o urbano extrapole a cidade, a tarefa de conceituação torna-se dupla. É preciso pensar na cidade e no urbano”.

Perante tal perspectiva, destaca-se que com a expansão dos novos meios de comunicação, e a difusão e propagação da informação, determinar onde é urbano, ou mais, onde ocorre o comportamento urbano, enseja muita cautela (COUTINHO et. al, 2013, p.65).

Frente a, cada vez mais, eminente dificuldade em definição da delimitação territorial entre o urbano e o rural a ideia de continuum espacial pode trazer luz as metodologias voltadas à questão, se tomado enquanto passivo de análise.

Neste viés, como o urbano extrapola os limites territoriais impostos a cidade, uma abordagem de análise capaz de considerar as relações sociais e o continuum espacial, marcado pela superposição das formas rurais e urbanas, pode contribuir para a assimilação da dinâmica espacial, a qual se apresenta em constante transformação (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p.2).

O continuum espacial entre o urbano e rural, pode ser considerado na perspectiva da centralidade que as cidades adquiriram no processo histórico da configuração destes espaços. Assim, o fenômeno teria sua gênese na própria centralidade exercida pela cidade.

Sobre isto, Talaska, Silveira, Etges (2014) citam, considerando a teoria dos lugares centrais de Christaller (1933), que a centralidade conferida as cidades atuaria em seu alargamento para a extensão rural mantendo entre eles uma ligação complexa. Corrobora Endlich (2006), ao indicar que a noção de centralidade atua na definição do que é a cidade, porém não estabelece limites entre o rural e o urbano. Refere-se, então, a centralidade exercida sobre áreas externas à cidade, indicando a tendência do urbano em estende-se sobre seu entorno.

Contudo, o alcance e influência das cidades sobre o campo não se deve apenas a centralidade exercida pelo próprio conteúdo da cidade, mas pelo investimento de agentes urbanos no campo. Assim, torna-se realidade, historicamente, que, por meio dos investimentos e pelo Modo de vida, o urbano atinge o rural havendo nestes o domínio monetário e a mentalidade econômica, imposições dos interesses urbanos (ENDLICH, 2006, p.20).

Como abordado anteriormente, o urbano estaria além das fronteiras das cidades, faria referencia a inserção de hábitos e modos de vida, muitos destes, alterados e facilitados pela expansão técnica, comunicações e transportes.

Outrossim, é fato que a determinação do que é hoje o urbano ultrapassa o território, não podendo mais ser delimitado apenas pela vivência na cidade. Sendo, assim, o “comportamento urbano” relacionado da mesma forma “[...] ao pertencimento das praticas comuns à sociedade urbana, ou seja, é possível está no rural e viver o urbano (COUTINHO et. al, 2013, p.67).

Souza et. al. (2017, p.78) acena para o fato de que a flexibilização do trabalho tem contribuído para a maior interação entre os moradores do campo com a cidade, e vice versa, conseqüentemente:

“Nesse processo, os espaços rurais e urbanos sofrem modificações inerentes a reestruturação produtiva e não mais podem ser compreendidos como pares antagônicos [...]”.

Soma-se a isto, na atualidade, que algumas atividades, não tradicionais, passaram a ser desenvolvidas no campo, estas elas se caracterizaram pela incorporação de novos produtos tanto agropecuários quanto industriais, de prestação de serviços e entretenimento (ENDLICH, 2006).

Para constar, Endlich (2006), aborda esta alteração no campo como “novo rural”, as quais fariam referências as novas atividades desenvolvidas no campo, e que deveriam ser analisadas juntamente a historicidade, as transformações na economia, território, na sociedade e na cultura brasileira, para referir-se ao questionamento de ser urbano ou não.

Contudo, em colaboração a configuração do novo rural, soma-se outra corrente de difusão do urbano no campo, a qual estaria ligada ao retorno ou a busca do campo como local de moradia de parte da população outrora residente nas cidades.

Sobre isto, Rosas (2014) apresenta o conceito de antiurbanismo, projetando que as condições insalubres e a precária condição de vida dos moradores das cidades (o stress, a poluição do ar, dentre outros) faria que os moradores das cidades buscassem o rural ou cidades de pequeno porte de fácil deslocamento. O campo representaria maior contato com a natureza e a tranquilidade, mas sem deixar de lado as comodidades da cidade. Teríamos assim, nas palavras da autora: o neorural.

Em contraponto, a volta ao campo e a revalorização da natureza não seriam emanados por valores rurais, mas por uma perspectiva urbana, e só seria aceita pela sociedade em vista ao conforto, acessibilidade, mantendo o vínculo com a cidade e com a mídia que refere-se a valores urbanos (ENDLICH, 2006, p.29).

Neste contexto:

Isso pode ser explicado através da inserção da tecnologia e da modernização no campo. Essa modernidade facilita a vida no campo, atrai migrantes que procuram tranquilidade sem perder a comodidade. Percebemos então a migração inversa ao que mencionamos anteriormente, aqui pessoas que vivem nas cidades procuram no campo um lugar de moradia, de turismo e de prestação de serviços (TOMBINI; SAQUET, 2014, p. 4-5).

Pina, Lima e Silva (2008), afirmam que, em face ao novo rural tratado na ideia de *continuum*, a própria delimitação política administrativa do que seria urbano e rural fica cada vez mais difícil.

Para Rosa e Ferreira (2006, p. 194-195), atualmente a expressão de continuum está sendo utilizada para caracterizar as situações em que as formas de vida e de trabalho rurais e urbanas encontram-se integrados. Porém, ao investigar com maior atenção o seu uso, segundo as autoras, nota-se uma perspectiva de homogeneização, tanto dos aspectos socioculturais quanto econômicos, os quais estariam intrínsecos nesta abordagem.

Nesta perspectiva, a ideia do continuum está baseada fortemente na sobreposição dos aspectos rural e urbano. Contudo, essa superposição constituiriam áreas de transição, espaços que comportam aspectos rurais e urbanos, e não pressupõe o desaparecimento da cidade e do campo como espaços

distintos. Mas atua na sobreposição da oposição entre a cidade e o campo, englobando todas as mudanças mais recentes na organização da sociedade, as quais resultantes da produção territorial da cidade considerado no atual modo de produção capitalista (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p.10).

A ideia do continuum propunha, de forma geral, que entre os extremos do rural e do urbano ocorreria uma gradação com infinitas de possibilidades, ou seja, variados níveis escalares entre aspectos rurais e urbanos, níveis de transição entre as extremidades rurais e urbanas (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014).

Na visão de Coutinho et. al. (2013, p.71) as interpretações do rural e urbano, devem superar das visões tradicionais ligadas ao campo e a cidade. Tais visões ora reconhecendo-os pela distinção e oposição, de forma dicotômica, e ora relacionando-os de forma subordinada, “[...] na qual a cidade avança pelo campo, supre suas especificidades e o homogeneiza”.

Desta forma, uma sociedade urbana, no Brasil como em grande parte do mundo, ainda não se concretizou, seria uma perspectiva positiva de avanço social e político em sentidos diversos, contudo na perspectiva de modos de vida e da civilização urbana. Talvez, o Brasil seria mais urbano do que imagina, porém permaneceriam ilhas de ruralidade, da mesma forma em que as cidades brasileiras revelariam a contradição de sua urbanização. Assim, negar o urbano seria questão de resignação, justificada pelas mazelas e contradições que levaram até a sociedade urbana (ENDLICH, 2006, p.29).

Nesta perspectiva:

A questão da definição do rural e do urbano já ultrapassou a noção de abrangência só do território, hoje se relaciona com o espaço, mas também com as relações sociais e até com a questão do pertencimento ao local, que influencia diretamente o comportamento dos atores sociais. Fatores como o acesso a diferentes tipos de informações, culturas e comportamentos têm influenciado diretamente a vivência dos atores sociais nestes dois espaços distintos. O rural está no urbano. O urbano está no rural (COUTINHO et. al, 2013, p. 70-71).

Logo, o espaço não se configura apenas em cidade ou campo, mas mantém aspectos não “puros” de um ou de outro, ou seja, do urbano ou do rural. Desta forma, dentro das relações rurais ou urbanas ocorrem forças se se embatem por possuírem características de polos opostos, forças que tendem a afirmação ou negação das características urbanas e rurais (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, p.9).

Apesar da ideia do continuum se considerada como uma realidade em vários aspectos e contextos a nível local e global, Talaska, Silveira e Etges (2014), pontuam que sua homogeneidade enquanto fenômeno não é real, destacando que sua análise pode ser realizada sob duas vertentes diferentes.

A primeira, alicerçada no paradigma que busca a compreensão das sociedades tradicionais, basicamente rurais, pré-capitalismo, para a sociedade moderna, basicamente urbana, capitalista. Logo: “Indica, desse modo, que o campo perderia sua identidade enquanto espaço de relações rurais, ou seja, a cidade, enquanto fonte de valores dominantes estabeleceria seu domínio sobre todo o conjunto urbano-rural da sociedade” (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, P. 11).

Já em uma outra vertente, aponta que apesar da aproximação entre o rural e o urbano, suas especificidades se mantém. “Nessa vertente ressaltam-se as semelhanças e diferenças entre o extremo

urbano e o extremo rural, demonstrando a continuidade de relações existentes entre o campo e a cidade, representando a reafirmação da existência das relações rurais”. Logo, continuariam existindo as áreas com características próprias, porém apresentando nível diferenciado de inserção na dinâmica social e econômica, tanto regional quanto global. Nesta vertente, o próprio processo de desenvolvimento histórico propicia uma maior relação entre o urbano e o rural, contudo, não há sua homogeneização (TALASKA; SILVEIRA; ETGES, 2014, P. 11).

Corroborando neste ponto Souza et. al. (2017), em sua fala acerca da mobilidade do trabalho em face a relação campo-cidade, e como estes deslocamento contribuem na configuração dos espaços, quando afirmam que o espaço agrário não pode ser visto como um continuum do espaço urbano, muito menos se atestar que o rural esta se urbanizando, e complementam:

Na verdade, considera-se que ambos os espaços sofrem significativas alterações dadas às demandas produtivas do sistema sociometabólico do capital, sustentado na sociedade urbana, mas que os mesmos trazem conteúdos sociais específicos que os diferenciam, embora não mais os separe (SOUZA et. al., 2017, p.78).

Portanto, os aspectos apresentados reforçam a dificuldade de padronização nas delimitações do que seria o urbano e rural, e até mesmo campo e a cidade. Da mesma forma em que o continuum espacial, fruto da interação de ambos, e do novo rural não pode ser considerado unanimidade em ocorrência e em abrangência. Da mesma forma em que não se pode considerar o rural enquanto superado ou absorvido totalmente pelo urbano.

Sobre isto:

É inegável que o processo de produção capitalista tenha alterado significativamente as relações entre os indivíduos em todas as suas dimensões. Discordamos, contudo, da interpretação extremista de que o rural seria totalmente absorvido pelo urbano. Nosso entendimento é de que haja uma aproximação entre rural e urbano, mantendo, porém, suas particularidades, comungando, portanto, com os conceitos de território e territorialidade, uma vez que permanece a sensação de pertencer a algo, e é esse sentimento que identifica os indivíduos aos valores simbólicos que lhes dão diferentes significados (KIELING; SILVEIRA, 2015, p. 139).

Portanto, observa-se que a ideia de continuum entre os aspectos urbanos e rurais é bem aceita atualmente, embora ratificado que sua incidência não pode ser considerado um padrão global. Tais variações derivadas destas interações variariam de magnitudes, e diante disto não é possível afirmar que o urbano tenha exercido tamanha pressão sobre o rural a ponto de fazê-lo desaparecer.

E o distrito: urbano ou rural?

Sobre todas as perspectivas apresentadas parece muito plausível a abordagem das definições e distinções ou similaridades entre o urbano rural e a cidade e o campo, sob a perspectiva de múltiplas possibilidades e metodologias analíticas, as quais devem considerar a realidade material e imaterial de cada espaço observado.

Nesta perspectiva, busca-se situar o distrito municipal neste debate, como poderia ser definido diante da dicotomia rural-urbano. Sobre isto, Pina, Lima e Silva (2008) baseiam-se em Pinto (2003) e Queiroz (1973) para, respectivamente, apresentarem duas formas distintas de abordagem sobre o distrito:

A primeira trata o distrito na perspectiva de estágio inicial para a formação de um município, assim, o distrito é uma subdivisão do município tendo como sede a vila, tratando seu modo de vida como tipicamente urbano, apesar da forte ligação com o setor primário (agricultura e pecuária) os padrões de consumo e comportamento seriam condizentes ao modo de vida urbano e, assim, por ser considerado parte integrante da zona urbana, mesmo estando situado na zona rural, o modo de ser e viver do distrito seria mais condizente com o modo urbano do que com o rural (PINA; LIMA; SILVA, 2008).

Já em outra abordagem os autores apresentam que na gênese do distrito existe todo um clima rural e a partir daí surgem as transformações que elevaram as vilas a categoria de distrito. Assim, todo um conjunto de relações sociais: como as relações interpessoais alicerçadas na necessidade de ajuda mútua, na solidariedade e participação coletiva nas atividades lúdico-religiosas, a adequação ao meio ecológico e o trabalho na roça, exercida pelo núcleo grupal familiar, aspectos estes, geralmente, não mais percebidos no âmbito das cidades (PINA; LIMA; SILVA, 2008).

Desta forma, tem-se apresentado um conflito de grande relevância no contexto dos distritos, ser considerado urbano e, por vezes, apresentar dominantes características da cultura e modo de vida rural.

Legalmente, o Distrito no Brasil é considerado urbano, pelo simples fato da divisão político administrativa, de responsabilidade dos poderes municipais, discutida anteriormente. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), define como em situação urbana áreas correspondente as cidades (as sedes dos municípios), as vilas (sedes distritais) e as áreas urbanas isoladas (IBGE, 2013, p.17).

Abramovay (2000), considera em face ao distrito tal metodologia pouco funcional, já que qualquer aglomerado de dezenas de casas poderiam, como vila sede do distrito, ser considerada urbana, e complementa citando que dentre os critérios que apresenta⁵ para a distinção do rural, o critério do patamar demográfico seria o menos inadequado ao passo que não obrigatoriamente associa o rural a áreas isoladas, e complementa que sob este critério a maior parte das sedes dos distritos brasileiros seriam consideradas rurais.

Neste ponto, cabe um adendo, tanto o encontrado em IBGE (2013), quanto em Abramovay (2000), o distrito é uma subdivisão do município, que possui uma sede, esta considerada urbana, e as demais áreas de sua delimitação, consideradas rurais. Nota-se que, guardadas as devidas proporções, os distritos replicam a mesma dinâmica das cidades: um núcleo urbano (no caso dos distritos as vezes muito difusão) e sua extensão rural.

Assim, Silva (2014, p. 3), aponta que no Brasil os distritos são subdivisões do município, estando sob a dominação municipal, com o objetivo de melhorar a administração, sobretudo, acerca das políticas públicas.

Sendo assim, acerca destas divisões distritais, percebe-se a necessidade de legítimas motivações para que ocorram, as quais colaborem com o planejamento, aplicação de políticas públicas, de

⁵ Abramovay (2000) apresenta três critérios de delimitação do rural, os quais considera dentre os mais utilizados e da mesma forma criticados: a delimitação administrativa; a ocupação da mão de obra na agricultura; e o patamar demográfico.

equipamentos⁶ urbanos e demais infraestrutura pertinente, e não em decorrência de preceitos meramente políticos e tributários.

Nesta perspectiva, Pina, Lima e Silva, (2008) afirmam que diante das diversas abordagens e concepções, cabe ressaltar que uma análise meramente qualitativa sobre os distritos pode causar uma visão simplista e superficial do tema e que outras variáveis devem ser consideradas frente a relação dos distritos rurais com a cidade do município a qual pertence. E consideram que do ponto de vista político o distrito pode ter sua realidade influenciada positiva ou negativamente, considerando a possibilidade de, dependendo de seu contexto socioeconômico associado à sua relação com o distrito sede, parte do município ser excluído das ações referentes ao município com todo.

Neste contexto, seria está a realidade de muitos distritos que apesar de conquistarem sua emancipação de povoado para distrito ainda continuam dependendo dos serviços básicos que possuem base no distrito-sede do município, a cidade (PINA; LIMA; SILVA, 2008).

Nota-se que a dependência do distrito em relação ao distrito sede (cidade) fica vinculada a ausência da estrutura interna do próprio distrito. Situação a qual aparentemente ligada a critérios ineficientes tanto na criação do distrito quanto na determinação do que seria o urbano e o rural. Logo, o *status* de distrito e de núcleo urbano é adquirido, porém o aparato estrutural, de serviços, comércio, educação, saúde, comunicação, segurança, entre outros equipamentos urbanos, por vezes não chega a estas localidades. Daí a necessidade de aperfeiçoamento das metodologias para definição destas áreas.

Sobre isto, Silva (2014) afirma que no Brasil são poucos os trabalhos que abordam os distritos, ficando eles na lacuna ente a geografia urbana e geografia agrária, perante isto, o distrito deve ser analisado sobre a perspectiva dialética que permeia o debate entre urbano e rural, e ainda destaca que embora situado na zona rural (campo) os distritos são considerados urbanos, fato que suscita que estes recebam todos aparato de equipamentos e políticas públicas como as demais áreas urbanas do município.

Conseqüentemente, frente a realidade dos distritos rurais, questionam-se Pina, Lima e Silva(2008): a real configuração de um distrito é capaz de beneficiar seus moradores? A dependência em relação ao distrito-sede pode influenciar diretamente a vida dos moradores? A situação de distrito configura-se, realmente, uma situação transitória par a sua elevação à categoria de cidade?

Para lograr êxito na solução destes questionamentos os autores e para confirmar os conceitos relacionados a esta temática, tornar-se-ia necessário o contato *in loco* com o município e distrito a ser estudado, sendo possível confrontar a teoria estabelecida inicialmente com a realidade local, por meio de uma “vivência observadora e espontânea”.

⁶ Adota-se a definição de equipamentos urbanos dada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a qual traz a classificação dos equipamentos urbanos, como sendo “Todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos ou privados”. (ABNT, 1986, p. 1). Apresentando assim, a subdivisão dos equipamentos urbanos em categorias: circulação e transporte; cultura e religião; esporte e lazer; infraestrutura; segurança pública e proteção; abastecimento; administração pública; assistência social; educação; e saúde. (ABNT, 1986, p. 1-2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante as análises das obras consultadas podem-se tecer algumas considerações sobre as distinções e proximidades do campo-cidade e rural-urbano, bem como da forma em que o distrito posiciona-se neste debate.

A cidade e o campo maciçamente são abordados enquanto espaço de reprodução do rural e urbano, são materialidades, construções, edificações, aspectos naturais e ambientais. No campo com predomínio das ruralidades e as cidades das representações urbanas. São opostos, porém não se excluem. Quanto a determinação territorial do que seriam a cidade e o campo, no Brasil, como em outros países, predomina a metodologia da divisão político administrativa, utilizada para fins urbanísticos e tributários e estendida para a determinação do que seria o urbano (cidades e vilas) e rural (o campo). A cargo dos municípios, é um método que recebe muitas críticas por não ser capaz de aferir com maior precisão o que seria o urbano e o rural.

Sobre o debate do que seria propriamente o rural e urbano, predomina a definição de que se referem a imaterialidades, cultura, modos de vida, fomentados pela divisão do trabalho. O rural sendo compreendido como o modo de produção tradicional, as crenças, a convivência a ajuda mutua entre os membros da comunidade, o viver da terra, sob muito esforço. O urbano ligado ao meio de produção capitalista, aos meios técnicos, alta capacidade das estruturas de comunicação e transporte, e ao consumo.

Quanto a existência de um continuum espacial entre o urbano e o rural, ou ainda um novo rural, ou neorural, dependendo do autor, não há completa unanimidade quanto aos seus efeitos. Tal conceito refere-se ao transbordamento do urbano sobre o campo, o que Beaujeu-Garnier (1997) conceituou como expansão da civilização urbana. O fenômeno seria caracterizado pela expansão de tal forma das técnicas, serviços, produtos e comodidades urbanos no campo, que seria possível vislumbrar o urbano de forma ininterrupta da cidade ao campo, ainda que de forma gradativa, em vários estágios intermediários de interação. Porém, a ideia do continuum não é consenso como um padrão hegemônico a nível global, existindo sim, localidades com dinâmicas rurais preservadas, ou pouco alteradas. Destarte, deve-se considerar que, como salientado por Rosa e Ferreira (2006), o próprio conceito de continuum deve ser repensado, considerando a configuração de cada área.

No que tange ao distrito municipal, pode-se concluir que são poucos os trabalhos que o coloca na perspectiva do debate do campo-cidade, rural-urbano. Dentre os poucos, percebe-se que predomina o conceito de distrito enquanto urbano, porém, cabe uma conclusão hipotética, como apenas a vila sede do distrito é conceituada legalmente como urbana, supõe-se que sua área remanescente é definida como rural. Tal dinâmica reflete, em escala obviamente reduzida, o que ocorre com os municípios, núcleos de aglomeração considerados urbanos e o restante das áreas consideradas rurais. Da mesma forma, que nota-se a observação dos autores que a metodologia aplicada na definição dos distritos não retratam suas

especificidades, e que tal fato pode contribuir para que este esteja a par do planejamento das políticas públicas por parte dos municípios.

Portanto, como reflexão final deste texto, exalta-se que não tivemos aqui nenhuma pretensão de exaurir o debate acerca do tema, ao contrário é um levantamento breve que busca, sobretudo, fornecer um material teórico com alguma atualização para as demais pesquisas vindouras sobre a temática. Da mesma forma, salienta-se que para a real compreensão dos de todos aspectos aqui apresentados seria necessário em uma pesquisa mais aprofundada, a qual espera-se que em breve ocorra.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Equipamento Urbano- NBR 9284**. Rio de Janeiro, 1986.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro, IPEA, 2000. ISSN 1415-4765 Disponível em:

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia urbana**. 2. ed. Lisboa: editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

BERNARDELLI, M. L. F. H. Contribuição ao debate sobre o urbano e rural. IN: SPOSITO, M. E. B.; WHITACHER, A. M. (Org). **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre o Urbano e Rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, ed.1, 248p. 2006. ISBN 9788577430260. ISBN:978-85-7743-026-0.

COUTINHO, C. M. F.; CARVALHO, M. C.S.; PAULA, A. M. N. R.; FERREIRA, M. L. A. O rural está no urbano, o urbano está no rural: considerações a partir do espaço. **Revista Desenvolvimento Social**. Montes Claros, n. 10, v. 3, p. 63-73. 2013. ISSN 2179-6807. Disponível em: http://www.rds.unimontes.br/index.php/desenv_social/article/view/107 Acesso em: 03 de ago. 2018.

COUTINHO, E. A. **Mobilidade cotidiana campo-cidade: o caso dos moradores rurais de Cajuri e Coimbra/MG**. 2014. 120fls. Dissertação (Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular. ed. 1, 248p. 2006. ISBN:978-85-7743-026-0.

http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf Acesso em: 07 de jul. 2018.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, v.33, 2013. ISSN 0101-6822. Disponível em: goo.gl/fdeM2Q Acesso em : 21 de set. de 2017 às 18h.

ISBN 978-85-386-0071-8.

KIELING, R. I; SILVEIRA, R.L.L. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 39, n.148, p. 133-143, dez. 2015. ISSN 2178-5937. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_540.pdf . Acesso em: 21 de jun. 2019.

PINA, J. H. A.; LIMA, O. A.; SILVA, V. P.. Município e Distrito: um estudo teórico. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, v.3, n. 6, p. 125-142, ago. 2008. ISSN: 1809-6271. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11851/6937> Acesso em: 01 de mar. 2018.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Editora Expressão Popular, ed.1, 248p. 2006. ISBN:978-85-7743-026-0.

ROSAS, C. A. R. F. Espaço rural e geografia: diferentes abordagens na relação campo – cidade. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos, v.7, n.1, p. 68-80, jan./jun.-2014. ISBN: Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/39590/24331> . Acesso em: 23 de jun. 2018.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo. 4. ed. 2. reimpr. Editora da Universidade de São Paulo, 2006. ISBN 85-314-0713-3.

SILVA, M. A. S. Distritos municipais: entre a modernidade da cidade e a tradição do campo. IN: VII SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS E II JORNADA DE PESQUISADORES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ. (*anais...*), 2014, Ponta Grossa, 28 a 30 de ago. 2014. ISSN 1984-929x. Disponível em: <http://www3.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/DISTRITOS-MUNICIPAIS-ENTRE-A-MODERNIDADE-DA-CIDADE-E-A-TRADI%C3%87%C3%83O-DO-CAMPO.pdf> . Acesso em 15 de jun. 2018.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A Pesquisa Científica. IN: GERHARDT, T. E; e SILVEIRA, D. T (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D.; LEAL, V. A. S.; ROCHA, F. C. B. A reafirmação da dialética campo-cidade na produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da realidade concreta. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 12, n. 26. p. 70-93, abr. 2017. ISSN 1809-6271. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38063/0> Acesso em: 10 de ago. de 2018.

TALASKA, A.; SILVEIRA, R. L. L.; ETGES, V. E. Cidade e campo: para além dos critérios e atributos, as relações e contradições entre o urbano e o rural. **Revista bibliográfica de geografia y ciencias sociales**. Barcelona, Vol. 19, n.1090. Depósito Legal: B. 2 1.742-98, Set. 2014. ISSN: 1138-9796. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/b3w-1090.htm> .Acesso em: 27 de jul. 2018.

TOMBINI, D. A.; SAQUET, M. A. Migração e relação campo-cidade. IN: VII SEMINÁRIO ESTADUAL DE ESTUDOS TERRITORIAIS E II JORNADA DE PESQUISADORES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ (*anais...*), 2014, Ponta Grossa, 28 a 30 de ago. 2014. ISSN 1984-929x. Disponível em: <http://www3.uepg.br/seet/wp-content/uploads/sites/5/2014/08/MIGRA%C3%87%C3%83O-E-RELA%C3%87%C3%83O-CAMPO-CIDADE.pdf> . Acesso em 05 de mar. 2018.